



## Apelo à defesa da paz

No encerramento deste II Encontro pela Paz, que consideramos de grande oportunidade e importância, em nome das organizações que o promoveram num momento tão complexo da situação internacional, saudamos todos quantos participaram e contribuíram para a sua realização e afirmamos o nosso empenho para que prossiga e se alargue ainda mais a convergência de vontades e a ação em defesa da paz, considerando-a essencial à vida humana e uma condição indispensável para a liberdade, a soberania, a democracia, o progresso social, o bem-estar dos povos – para a construção de um mundo melhor para toda a Humanidade.

Reconhecendo que a defesa do espírito e dos princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional é a base fundamental para o fim do militarismo, da corrida aos armamentos e da guerra, assim como para defender e promover a paz e o desenvolvimento de relações mais justas e equitativas entre os povos de todo o mundo, afirmamos o nosso empenho e apelo à promoção de uma cultura de paz e de solidariedade entre os povos, dando particular atenção aos povos vítimas de ingerência, de agressão e de opressão, incluindo os migrantes e refugiados, e desenvolvendo uma ação de incentivo à paz e à cooperação em alternativa à guerra e à rivalidade nas relações internacionais.

Considerando da maior importância a educação para a paz, nomeadamente junto das novas gerações, em prol dos valores da paz, da amizade, da solidariedade, da cooperação, da dignidade e da equidade – valores que devem caracterizar as relações entre os Estados e entre os povos – afirmamos o nosso empenho e apelo a que se promovam iniciativas neste âmbito, designadamente, com escolas, associações e autarquias, nomeadamente em torno do Dia Internacional da Paz (21 de setembro) e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Conscientes da premência do fim das armas de extermínio em massa, nomeadamente de todas as armas nucleares, afirmamos o nosso empenho e apelo a que se promovam iniciativas públicas que não esqueçam os bombardeamentos atômicos de Hiroxima e Nagasáqui e o Dia Internacional para a Abolição Total das Armas Nucleares (26 de setembro) e pugnem pela assinatura e ratificação por Portugal do Tratado de Proibição das Armas Nucleares.

Recordando que em 25 de Abril de 2021 se comemoraram os 45 anos da Constituição da República Portuguesa, fruto da Revolução de Abril, que acabou com 48 anos de fascismo, incluindo 13 anos de guerra colonial, que consagrou importantes princípios de relações internacionais para Portugal e o povo português – como a independência nacional e a igualdade entre os Estados, o respeito dos direitos humanos, dos direitos dos povos, a solução pacífica dos conflitos internacionais, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares ou a criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos – afirmamos o nosso empenho e apelo a que se promovam iniciativas visando a sua divulgação e concretização.

Conscientes de que a paz é um direito fundamental da Humanidade, sem o qual nenhum outro estará garantido, e alertando para os perigos que a ameaçam, consideramos que este Encontro pela Paz foi um passo importante para o movimento da paz no nosso País e afirmamos a vontade de continuar a unir esforços em Portugal na defesa da paz no mundo, assumindo o compromisso de realizar novas iniciativas com este objetivo, incluindo um novo Encontro pela Paz, pois pela paz, todos não somos demais!

Encontro pela Paz, Setúbal, 5 de junho de 2021

